



## **ORÇAMENTO 2014**

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação. O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. O Orçamento agora apresentado tem em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que o mesmo tem por base o Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que à data de elaboração do mesmo, ainda aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2013, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as



suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direcção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2014.

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram utilizados os valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Para 2014 o Orçamento de Estado alteraram-se novamente as percentagens de fundos correntes e de capital, pelo que para o ano de 2014 o Município de Celorico da Beira terá cerca de 383.000€ de euros a mais de transferências correntes do Estado, e terá um corte de cerca de 524.000€ nos fundos de capital em relação a 2013, o que se traduz numa redução global de cerca de 147.000€ nas transferências do Estado face ao ano anterior. Estes cortes aos fundos do Município têm acontecido desde 2010 conforme demonstra o quadro seguinte:

## Município de Celorico da Beira - Orçamento 2014



	FEF			FSM	IRS	Total	Corte em relação ao ano anterior
	Corrente	Capital	Total FEF				
<b>2009</b>	3.336.520	2.224.346	5.560.866	179.923	114.226	<b>5.855.015</b>	
<b>2010</b>	3.537.241	2.358.161	5.895.402	136.905	115.459	<b>6.147.766</b>	-
<b>2011</b>	3.229.684	2.153.122	5.382.806	125.001	111.474	<b>5.619.281</b>	528.485
<b>2012</b>	3.064.229	2.042.819	5.107.048	118.597	115.021	<b>5.340.666</b>	278.615
<b>2013</b>	4.083.694	1.020.923	5.104.617	118.615	115.021	<b>5.338.253</b>	2.413
<b>2014</b>	4.467.489	496.388	4.963.877	118.615	108.696	<b>5.191.188</b>	147.065
						Corte desde 2010	<b>956.578</b>

Esta situação alterou um bocado os pressupostos previstos no plano de reequilíbrio, pelo que o Município tem mais receita corrente e menos receita de capital em relação ao previsto no plano, o que foi refletido no orçamento, mas no entanto os montantes globais de receita prevista mantêm-se inalterados. Em 2014 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2013, que constituirá uma eventual receita adicional que está prevista no plano de reequilíbrio, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2013. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas já aprovadas.

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2014 (tendo por base as despesas de 2013). À semelhança do ano anterior, 2014 será marcado por uma grande contenção nestas despesas tendo em conta o predisposto no Plano de Reequilíbrio Financeiro, pelo que se deverá continuar a tomar medidas para diminuir os custos com estas despesas. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como dados provenientes do Plano de Reequilíbrio Financeiro. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2014, que se encontra anexo ao Orçamento.



As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2014, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas serão co-financiadas por fundos comunitários, estando também o Município a aguardar o próximo quadro comunitário de apoio para garantir mais alguns financiamentos.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais dos contratos de reequilíbrio financeiro que ainda estão a aguardar aprovação do Tribunal de Contas à data da elaboração deste orçamento. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios).

Os valores das despesas tiveram como limite os montantes da receita efetiva esperada para 2014, bem como limites que constam no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Os valores em dívida serão cobertos pelos financiamentos ao abrigo do reequilíbrio financeiro e do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), e só serão tidos em conta no orçamento caso os financiamentos não sejam aprovados em 2013, pelo que caso essa situação se venha a verificar, dever-se-á efetuar uma alteração orçamental no início de 2014, relevando-se a receita dos financiamentos em contrapartida da dívida a transitar.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança do ano anterior, para 2014 está previsto um reforço da ação social do Município



através do “Gabinete de crise”, que visará o acompanhamento da situação dos munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas por este gabinete, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de aconselhamento financeiro, ou outro tipo de apoio conforme as situações detetadas.

Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o Orçamento a aprovar para 2014 terá em conta essencialmente a despesa efetiva que se prevê realizar nesse ano, de acordo as receitas disponíveis, o que faz com que o Orçamento tenha um valor de cerca de oito milhões e setecentos mil euros, em contraste com os onze milhões de 2013. Este orçamento é assim, um orçamento cada vez mais realista e adaptado à real dimensão do Município. Tal como já foi referido anteriormente, a dívida em atraso apenas será acrescentada ao orçamento aquando da obtenção dos financiamentos previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro, sendo que alguma dívida do final de 2013 poderá ainda transitar para 2014, situação essa que se espera estar acautelada, mas que dependerá do montante da dívida a efetuar pelo Município até ao final do corrente ano.

Tendo em conta as limitações impostas pela situação de reequilíbrio financeiro, pela Lei dos Compromissos, e pelo Orçamento de Estado para 2014, o Município não poderá aumentar as dívidas em atraso, bem como terá de diminuir o endividamento líquido. O ano de 2014 deverá continuar o ajustamento dos procedimentos e normas de controlo interno à Lei dos Compromissos, nomeadamente no que diz respeito à realização de despesa. As despesas a realizar deverão estar sempre dependentes da emissão de um compromisso prévio e do montante de fundos disponíveis. Os compromissos plurianuais deverão ser sempre comunicados à Assembleia Municipal, que



também terá um papel fiscalizador na aplicação do Plano de Reequilíbrio financeiro após a aprovação do mesmo pelas entidades competentes.

O Presidente da Câmara

---

José Francisco Gomes Monteiro (Eng.º)